

Balanço Anual de Gestão



2024

Índice

1. OBJETIVO.....	3
2. ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO - INTERVENÇÃO DA RUMO.....	4
3. MEMÓRIA DESCRITIVA DO ANO DE 2024.....	5
4. OBJETIVOS DE GESTÃO: PROCESSOS DE SUPORTE E PROCESSOS-CHAVE.....	27
5. ANÁLISE DO SISTEMA DE GESTÃO.....	27
6. FATORES QUE AFETAM O SISTEMA DE GESTÃO:.....	34
7. RECOMENDAÇÕES DE MELHORIA.....	34
8. PLANEAMENTO	35
9. ANEXOS.....	36



1. OBJETIVO

O presente documento tem como finalidade apresentar, de forma formal e estruturada, o Balanço Anual de Gestão do Sistema de Gestão da RUMO – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL., correspondente ao exercício do ano de 2024.

Este balanço constitui uma visão abrangente e aprofundada dos resultados obtidos nas diferentes áreas de atuação e projetos desenvolvidos pela Cooperativa ao longo do referido ano. Procura-se, assim, analisar o grau de concretização dos objetivos estratégicos delineados e o nível de cumprimento das metas operacionais previamente estabelecidas, evidenciando os progressos alcançados e os contributos para a missão institucional da RUMO.

Para além da avaliação quantitativa dos indicadores de desempenho, este relatório integra uma análise qualitativa sobre os impactos sociais e organizacionais gerados pelas iniciativas implementadas. São também abordados os principais desafios enfrentados, as soluções adotadas, as boas práticas identificadas e os ensinamentos colhidos no decurso do exercício.

Adicionalmente, este documento contempla uma reflexão sobre as perspetivas futuras, identificando oportunidades de melhoria, áreas de inovação e estratégias de desenvolvimento sustentado, alinhadas com os princípios de solidariedade, responsabilidade e compromisso comunitário que orientam a atuação da RUMO.

Desta forma, o Balanço Anual de Gestão assume-se como um instrumento essencial de transparência, monitorização e melhoria contínua, reforçando a confiança nas práticas de gestão adotadas pela Cooperativa.

2. ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO – INTERVENÇÃO DA RUMO

O Sistema de Gestão da RUMO está ao serviço do apoio que prestamos a pessoas em situação de desvantagem na Formação, Emprego e Empreendedorismo, na Intervenção Territorial e Respostas Sociais, nomeadamente, na Residência para Crianças e Jovens em risco (Casa de Acolhimento Residencial RUMO) – CAR RUMO e no CACI (Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão) – CIC RUMO, visando a defesa dos seus direitos individuais e de cidadania, designadamente, no quadro da promoção do direito à igualdade de oportunidades, à igualdade de género e à inclusão escolar, profissional e comunitária.

Neste contexto, o Sistema de Gestão da RUMO estrutura-se como um mecanismo dinâmico e integrador que sustenta uma relação ativa e colaborativa com a comunidade em geral. Este sistema orienta-se para a satisfação plena das partes interessadas – utentes, colaboradores, entidades parceiras e financiadoras – no sentido de concretizar a missão amplamente reconhecida da Cooperativa: "Para cada pessoa, um projeto de vida."

Com o objetivo de promover uma gestão eficaz e orientada para resultados, têm sido implementadas medidas estruturantes de uniformização, organização e simplificação dos processos de trabalho. Estas medidas abrangem desde a padronização de documentos institucionais (tais como impressos, ofícios e formulários) até à criação e gestão de pastas partilhadas em rede, facilitando o acesso à informação e promovendo um funcionamento colaborativo entre equipas e serviços.

Estas iniciativas têm contribuído significativamente para o aumento da eficiência organizacional e para a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados. A clareza nos procedimentos, a redução da burocracia e a otimização da comunicação interna são fatores que têm reforçado a capacidade de resposta da Cooperativa às necessidades da comunidade, promovendo uma atuação mais coesa, transparente e alinhada com os valores que a RUMO defende.

3. MEMÓRIA DESCRITIVA DO ANO 2024

O ano de 2024 foi um ano desafiante para os/as trabalhadores e Órgãos Sociais da RUMO. Apesar dos desafios, realizámos inúmeras atividades e iniciativas que, em conjunto com os nossos parceiros e diferentes públicos, contribuíram para o cumprimento dos objetivos delineados para cada um/a das/os valências/projetos.

Destacamos o desenvolvimento das seguintes atividades/iniciativas no decurso do ano:

Janeiro

- RUMO Kids: Recebimento de donativos (em espécie) de Farmácias do Barreiro;
- CIC RUMO: celebração dos 11 anos do projeto;
- Comunidades em Ação Arranque do projeto;
- CAR RUMO: participação na 1ª Assembleia Nacional de Jovens Acolhidos;
- Encerramento da Ação de Formação interna em Emprego Apoiado (parceria com a APEA).

Fevereiro

- Continuidade na aposta da divulgação/partilha de testemunhos-exemplo das boas práticas da Formação Profissional e promoção da inclusão concretizadas pela Cooperativa (redes sociais e plataformas digitais RUMO – formatos: fotografia e vídeo);
- RUMO Kids: Atividade de Carnaval;
- REBM: dinamização da organização e planeamento da III Feira de Formação e Emprego Barreiro | Moita;
- Tomada de Posse dos atuais Órgãos Sociais da Cooperativa (triénio 2024-2027);
- Oferta Formativa: Início da aposta na dinamização de Ações de Formação para entidades/organizações externas em Inclusão e Diversidade / Formação de Tutores em Emprego Apoiado.

Março

- Oferta Formativa RUMO: Oficina de Aprendizagem de Língua Gestual;
- Comunidades em Ação: promoção de Workshops de Capacitação para o mercado de trabalho;
- Campanha de apelo à consignação de IRS;
- FORMAR: entrega dos Diplomas de Certificação de Escolaridade do 2º e 3º ciclo a um grupo de formandos da Formação Profissional RUMO;
- CAV RUMO: Iniciativa interna no âmbito do Dia Internacional da Mulher: “Ser Mulher é...”;
- Comunidades em Ação: dinamização de sessões para a capacitação de pessoas para a inserção social, profissional e económica em mercado aberto;

- Comunidades em Ação: Iniciativa Comunitária - "Uma Escola com Discriminação Zero";
- REBM: visita à sede da RUMO dos parceiros da Rede E-Almada;
- RUMO Kids: 1ª Feira do Livro Infantil;
- Agradecimento público pelo valor angariado no decurso da Campanha de apelo à consignação de IRS (2024);
- CIC RUMO: Divulgação das aulas abertas de Dança Inclusiva, no âmbito do projeto "Arte de Capacitar", entidade financiadora – INR, IP.;

Abril

- Início da divulgação da III Feira de Formação e Emprego Barreiro | Moita;
- Reforço da Campanha RUMO de apelo à consignação do IRS;
- Comunidades em Ação: Atividade "Cidadania Ativa - Direitos e deveres";
- RUMO Kids: 2ª Feira do Livro Infantil;
- CIC RUMO: sessão de Tertúlia promovida pelo grupo INCLUDANCE (CIC RUMO) com a participação da CERCIMA, no âmbito do projeto "Arte de Capacitar", entidade financiadora – INR, IP.;
- Início do período de layoff (total e parcial) de um conjunto de trabalhadoras RUMO adstritas à Formação Profissional (tutela IEFP, IP.);
- Início da Campanha solidária "Pirilampo Mágico 2024";
- CR RUMO: Participação, enquanto entidade parceira, no Programa Incluir do Grupo Jerónimo Martins;
- Promoção da visita/encontro entre os parceiros Logista e Siemens Logistics Portugal sob o tema da promoção de um ambiente laboral inclusivo.

Maio

- Abertura do período (anual) de Inscrições na Creche e Berçário RUMO Kids;
- III Feira de Formação e Emprego Barreiro | Moita;
- CIC RUMO: Participação do grupo INCLUDANCE no Festival de Artes Performativas Inclusivas - LAÇOS;
- Ação de Encerramento da Campanha solidária "Pirilampo Mágico 2024", no Parque da Cidade (Barreiro) – ação conjunta com os parceiros Associação NÓS e CERCIMB;
- CIC RUMO: "Viagem do Ano" até Viseu. Receção do parceiro-anfitrião APPACDM Viseu e financiamento do INR, IP. No âmbito do Projeto "Arte de Capacitar";
- Oferta Formativa RUMO: Oficina de Aprendizagem de Língua Gestual – 2ª Edição.

Junho

- RUMO Kids: Atividades na comunidade – celebração do Dia Mundial da Criança;
- 43º Aniversário RUMO;
- Participação no Arraial Solidário do Barreiro | Edição 2024 (incluindo atuação do grupo INCLUDANCE [CIC RUMO]);
- RSI RUMO: Ação de Apresentação/Divulgação do “Manual Cidadão +” e participação na campanha nacional de recolha de alimentos do Banco Alimentar;
- Dinamização da Sessão “Let’s Talk” destinado aos/às colaboradores/as da Siemens Logistics Portugal, no âmbito do seu Projeto “Diversity, Equity, and Inclusion”. Intermediação RUMO para o testemunho ao vivo de dois destinatários acompanhados pelo Centro de Recursos RUMO com vista à partilha de casos reais e à promoção da diversidade e inclusão em ambiente laboral na perspectiva do Emprego Apoiado e do lema de atuação da Cooperativa.

Julho

- Comunidades em Ação: sessões dirigidas a alunos/as do 4º ano das Escolas Básicas do Agrupamento José Afonso (Moita), com vista ao desenvolvimento de competências pessoais e sociais;
- Oferta Formativa RUMO: Curso de Liderança Inclusiva - Tutores em Emprego Apoiado;
- Comunidades em Ação: Oficina de Capacitação “Torna-te um Líder”;
- Divulgação nas diferentes plataformas RUMO dos resultados do Centro de Recursos RUMO (números de 2024);
- CIC RUMO: atividade na praia, a convite do grupo Gasoline (Barreiro);
- CAR RUMO: visita ao parceiro/mecenas Milestone para recebimento de cheque-donativo e de três bicicletas para o grupo de crianças e jovens acolhidas;
- RSI RUMO: dinamização da atividade “Naturalmente” com um conjunto de destinatários acompanhados pelo Protocolo.

Setembro

- REBM: Laboratórios de Capacitação “Participação Comunitária”;
- RSI RUMO: Dinamização da Campanha “Mochila Solidária”, em parceria com o Grupo Auchan (Retail de Coima); a União das Freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira; a União de Freguesias de Gaio Rosário e Sarilhos Pequenos e Junta de Freguesia da Moita;

14
12
8

- CIC RUMO: Atividades “Férias de Verão” – passeios e visitas na comunidade (Barreiro); ida ao Parque das Nações e Pavilhão do Conhecimento; participação no Torneio de Rugby Inclusivo (organização do Rugby Vila da Moita) e reinício das atividades de Dança Inclusiva (Projeto “Arte de Capacitar”) e ginástica no âmbito do Programa “Mexe-te com a Idade” (CMB);
- Torneio de Padel Solidário do parceiro/mecenas Milestone: o C.A. RUMO fez-se representar, a convite do parceiro, para a entrega de prémios e recebimento simbólico de um cheque-donativo destinado ao apoio da CAR RUMO, resultante das participações na prova;
- REBM: Laboratório de Capacitação “Felicidade e Desenvolvimento de Equipas”;
- Dinamização de campanha solidária de recolha donativos alimentares para apoio da CAR RUMO, a convite do Pingo Doce Barreiro – Hiper (Loja do Lavradio).

Outubro

- RUMO Kids: Comemorações do 2º aniversário da mais nova resposta social RUMO;
- Adesão à Carta Portuguesa para a Diversidade, a convite da Câmara Municipal de Almada e em conjunto com outras vinte e três entidades nacionais;
- Participação no “Ciclo de Conferências do Tejo”, dinamizado pela Start Up Barreiro (CMB);
- Apresentação de Pedidos de Apoio/subsídio pela intervenção territorial realizada nos territórios de ação da Cooperativa aos organismos do poder local (Juntas e Municípios dos concelhos do Almada; Barreiro; Moita; Montijo; Seixal; Sesimbra e Setúbal).

Novembro

- Término progressivo do período de layoff (total e parcial) de um conjunto de trabalhadoras RUMO adstritas à Formação Profissional (tutela IEFP, IP.);
- CIC RUMO: Ação de Capacitação e Formação de profissionais e alunos/as de escolas de dança, alunos/as da UTIB e alunos/as da EPBJC Barreiro, dinamizadas no âmbito do Projeto “Arte de Capacitar” - sessões realizadas no auditório do Futebol Clube da Quinta da Lomba;
- CAR RUMO: Iniciativa solidária – Dia de renovação e melhoramento da sala de estudo da CAR RUMO realizado em cooperação com um grupo de voluntários/as – colaboradores/as do parceiro/mecenas Milestone;
- CAR RUMO: recebimento de donativo de bens de higiene pessoal realizado pelo Grupo Veolia;
- RSI RUMO: 2ª sessão de esclarecimento do “Manual Cidadão +”, destinada a beneficiários/as acompanhados/as residentes na Baixa da Banheira, Moita;

- Comunidades em Ação: participação RUMO no “Moita Emprega-TE”, promovido pela CMM e pelo grupo “Moita Emprega”, no âmbito do Projeto Empregabilidade em Rede – Eixo Emprego e Economia Local do Programa Comunidades em Ação;
- CAV RUMO: Sessão de partilha de boas práticas promovida pela RUMO, no Moinho de Maré Pequeno, para assinalar o Dia Internacional da Eliminação da Violência contra as Mulheres, com a participação dos Municípios do Barreiro e da Moita, da CIG; das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens do Barreiro e da Moita; representantes dos Órgãos de Polícia Criminal, Justiça, Ministério Público, Instituto de Medicina Legal e Ciências Forenses, Saúde e DGESTE;
- CR RUMO: presença da Cooperativa nas comemorações do 152º aniversário da União Mutualista Nossa Srª da Conceição – Associação Mutualista Montepio Montijo, parceiro da Cooperativa para a inclusão e Emprego Apoiado;
- Erasmus + UNLOCK: realização da 1ª reunião transnacional do projeto, financiado pela União Europeia e que resulta da parceria da RUMO, da Consultis e da SUEM.BE.

Dezembro

- Oferta Formativa RUMO: Curso de Tutores em Emprego Apoiado;
- RUMO Kids: visita de grupo de colaboradores/as do parceiro/mecenas Milestone à Creche para donativo de equipamentos (carrinho de transporte e equipamentos para ginástica), necessidades comunidades pela valência;
- CIC RUMO: participação de utentes do CIC RUMO, atletas de Judo Adaptado, no Campeonato Nacional de Judo Adaptado, edição 2024, que decorreu no Pavilhão Multiusos de Odivelas;
- Espetáculo de Dança Inclusiva do Grupo INCLUDANCE – “O que é que é para fazer?” (financiado pelo INR, IP., no âmbito do projeto “Arte de Capacitar”), realizado no CEA – Centro de Experimentação Artística do Vale da Amoreira (CMM);
- RSI RUMO: dinamização de mais uma campanha de recolha do Banco Alimentar Contra a Fome no Continente (Loja da Moita) e atividades Ocup’Arte, realizada com um grupo de beneficiários/as acompanhados pela equipa RSI RUMO;
- RUMO Kids: visita ao Jardim de Infância do Bairro 25 de Abril para convívio e recolha de material escolar e bens de higiene para apoio da CAR RUMO;
- Participação RUMO em mais uma edição da iniciativa solidária “Pista de Gelo”, promovida pela CMB, no âmbito da campanha do Município “Aqui há Natal”;
- CAR RUMO: dinamização de campanha “Sonhos de Natal – Padrinhos CAR RUMO” destinada à recolha dos sonhos/desejos de Natal designados pelos/as crianças e jovens da Casa de Acolhimento RUMO;

- CAR RUMO: visita solidária de um grupo de trabalhadores/as da Volkswagen AutoEuropa (Departamento de Controlo de Qualidade) para entrega de prendas de natal – vestuário; bens de higiene pessoal e atalhados;
- Incorpora: a RUMO recebeu, como anfitriã, a reunião mensal do núcleo da AML do Programa Incorpora Portugal, contando com o apoio da CMB, com a cedência da sala central do Espaço Memória (Parque Arco Ribeirinho Sul);
- RSI RUMO: Participação em mais uma edição do “Pai Natal Solidário CTT” – identificação e entrega de desejos de natal a crianças e jovens de agregados familiares beneficiários de RSI, acompanhados pela equipa da RUMO.

De uma forma mais específica, os aspetos mais relevantes de cada projeto RUMO nas três Áreas de Atuação da Cooperativa, em 2024, foram:

FORMAÇÃO, EMPREGO E EMPREENDEDORISMO

Centro de Recursos | CR RUMO:

No ano de 2024, ocorreu um número significativo de encaminhamentos por parte dos Serviços de Emprego, devido às solicitações por parte dos destinatários portadores de deficiência e/ou incapacidade. Foram realizadas um total de 849 entrevistas de triagem conjuntas nos SE, dos quais somos Centro de Recursos. De referir, que continuam a ocorrer atrasos na análise de algumas candidaturas a EAMA, assim como nas reavaliações da capacidade de trabalho dos destinatários integrados na medida. Continuamos a dar continuidade aos protocolos estabelecidos com entidades com o objectivo de maximizar a integração laboral das PCDI, como é o caso da Jerónimo Martins, SA, e outros. Além disso, demos continuidade ao protocolo com a Stª Casa Misericórdia, projeto Valor T, no âmbito da intervenção de acompanhamento Pós-Colocação.

Destacamos assim os seguintes aspetos:

- Articulação com entidades externas, Formação PROfissional ou outras, no âmbito das diferentes ações, em parceria com os Serviços de Emprego no sentido de fomentar e facilitar a integração laboral e/ou o desenvolvimento de competências;
- Articulação em parceria com os departamentos de Psiquiatria do Centro Hospitalar Barreiro Montijo, Hospital Garcia de Orta e Centro Hospitalar de Setúbal, no encaminhamento de destinatários com experiência de doença mental. Articulação com equipas de RSI, dos diferentes concelhos onde intervimos, bem como com entidades e associações com



expressão nos territórios. Sensibilização para cuidados de saúde primários e articulação com USF;

- Divulgação e promoção da Metodologia de Emprego Apoiado junto de entidades, através da participação em workshops, visitas a empresas e testemunhos dos intervenientes no processo de integração socioprofissional;
- Em 2024, foram iniciadas Ações de Apoio à Colocação e de IAOQE no SE de Setúbal, afim de dar resposta aos pedidos de intervenção emitidos por este.

No decurso do desenvolvimento do projeto ao longo do ano de 2024, foram encontrados alguns desafios que passamos a descrever:

- O modelo de financiamento aos Centros de Recursos, pelo IEFP, encontra-se desajustado e com necessidade de atualização de valores;
- O facto de apenas serem financiadas as ações concluídas e não as abrangidas no decurso de cada ano civil, é altamente penalizador para o Centro de Recursos e para Rumo, levando a um esforço contínuo na procura do equilíbrio financeiro. Os valores pagos por ação, nomeadamente a de IAOQE, que inclui ações de orientação e avaliação profissional, avaliações da capacidade de trabalho e análise de candidaturas a financiamento a produtos de apoio, fica aquém do trabalho técnico que é necessário realizar;
- Aguardamos à vários anos que ocorra nova credenciação dos Centro de Recursos para a Qualificação e o Emprego, onde ocorrerá a revisão do financiamento, contudo esta situação tem-se arrastado no tempo;
- Esperemos que no decurso do ano de 2025, se verifiquem alterações positivas.

FORMAR:

Em relação ao balanço do trabalho realizado ao longo do ano 2024, podemos referir que foi um ano muito exigente e com muitas incertezas para toda a equipa.

O projeto iniciou o ano com a incerteza da continuidade da formação profissional. Apenas tínhamos como perspetiva a preparação e organização dos cursos aprovados do Projeto em vigor na altura (Projeto Nº 15/LVT/2021), que tinha como data de término 28 de Março de 2024. Este timing implicou a necessidade de muito esforço da parte de todos os elementos da equipa, para

dar continuidade e iniciar as ações que estavam previstas para o primeiro semestre do ano (9 cursos), atingindo assim o objetivo de encerrarmos o projeto tendo cumprido as metas propostas.

É importante referir que embora a candidatura proposta (7/DRLVT/2024) tenha sido aprovada, houve a indicação pelo IEFP que teríamos que reduzir o número de cursos propostos (de 10 para 2), o que implicou mais uma vez um cenário de grande incerteza devido aos constrangimentos que esta redução implicaria, quer a nível financeiro quer a nível técnico e que resultou na necessidade de recorrer ao layoff, envolvendo a maioria dos elementos da equipa técnica e financeira.

As boas notícias chegaram apenas em Julho, quando abriu a candidatura para o projeto 13/DL-REAB/2024 e quando recebemos a informação que o Projeto tinha sido aprovado na totalidade, o que por sua vez permitiu o regresso gradual dos elementos da equipa em função das datas de início dos cursos aprovados.

Para além destes aspetos menos positivos, temos também que evidenciar que a aprovação do projeto 13/DL-REAB/2024, em Novembro de 2024 trouxe ânimo à equipa, sobretudo por conseguirmos manter todos os elementos da equipa técnica.

INCORPORA:

O ano de 2024 representou um período de desafios significativos, mas também de importantes oportunidades de crescimento para a equipa Incorpora. Verificámos um aumento expressivo na procura dos nossos serviços, em particular no apoio à inserção profissional de pessoas em situação de maior vulnerabilidade, como migrantes, pessoas em situação de sem-abrigo e indivíduos a enfrentar carência económica extrema.

Paralelamente, destacamos a consolidação de parcerias estratégicas com empresas como a McDonald's (Barreiro e Moita), a Meristema e a Perene, que nos permitiram responder de forma mais eficaz a casos de maior complexidade, reforçando a nossa capacidade de intervenção.

Salientamos, também, a relação de diálogo aberto e construtivo com os responsáveis da Fundação La Caixa, que se mostravam disponíveis para adaptar os objetivos anuais às dificuldades sentidas pela equipa ao longo do ano.

Todos os indicadores, como ofertas de emprego, visitas e atendimentos, estão em linha com o previsto. As atividades associadas a esses indicadores foram executadas conforme o planeado, o que demonstra que a equipa conseguiu manter a qualidade e o volume de trabalho. Esse equilíbrio permitirá uma base sólida para a adaptação e definição das metas para 2025.

REINCORPORA:

No arranque do Projeto Reincorpora, destacamos a realização de duas reuniões grupais de divulgação, tendo uma decorrido no Estabelecimento Prisional e outra na Quinta da Várzea. Nesse sentido o início dos acompanhamentos decorreu a 14 março de 2024.

Destacamos os seguintes pontos positivos

- Abertura e valorização do Programa pelas equipas SAEP e RS;
- Valorização/reconhecimento do trabalho do técnico Reincorpora pelos Guardas Prisionais;
- Dinâmica de trabalho criada e fluida e articulação frutífera;
- Reconhecimento e legitimação do papel e intervenção dos técnicos Reincorpora;
- Envolvimento e comprometimento dos participantes;
- Feedback positivo dos participantes – nível de satisfação face à participação, aumento de competências, aumento da autoestima, proatividade, etc;
- Trabalho em rede (interna e externamente);
- Contributo para a redução do estigma social assim como para diminuição de ciclos de reincidência;

Constrangimentos e limitações na implementação

- Alteração da situação penal dos reclusos;
- Quando em liberdade, algumas vezes é difícil realizar o contacto.

INTERVENÇÕES TERRITORIAIS

RE BM – Rede para a Empregabilidade | Barreiro Moita:

Foram realizadas 67 ações (129% de execução), com 740 formandos (126% de execução) e 9.420 horas de formação (120% de execução). A maioria das ações focou-se em capacitar técnicos e profissionais das organizações, destacando-se os Laboratórios de Capacitação, Oficinas e Workshops. O curso de Tutores em Emprego Apoiado teve duas edições, com 140% de execução, apesar de uma diminuição na participação na última edição. As tutorias para a

empregabilidade envolveram 39 destinatários, com um total de 1.111 horas de apoio individualizado.

As ações tiveram um grande impacto na capacitação de técnicos das organizações locais, contribuindo para o desenvolvimento de competências essenciais em áreas como a liderança inclusiva e o trabalho em rede.

A sensibilização dos empregadores e a mobilização de agentes socioeconómicos foram pontos fortes, favorecendo a integração laboral dos públicos alvo.

O projeto teve um impacto significativo no apoio a jovens NEET (não empregados, educados ou em formação) e Desempregos de Longa Duração, proporcionando-lhes oportunidades de formação, desenvolvimento de competências e apoio personalizado na sua integração no mercado de trabalho. Através de ações direcionadas, como os Cursos PEV, workshops e as tutorias individuais, o projeto contribuiu para a melhoria da empregabilidade destes jovens, fortalecendo as suas capacidades de comunicação, adaptação ao ambiente de trabalho e autoconfiança.

Apesar dos desafios, os resultados gerais foram muito positivos, demonstrando um forte impacto na capacitação dos técnicos, na criação de redes de apoio e na promoção da inclusão laboral. A experiência adquirida permitirá ajustes estratégicos e reforçar a eficácia das ações formativas.

A continuidade do projeto em 2025 será essencial para consolidar os progressos alcançados e ampliar o impacto gerado nas comunidades envolvidas.

Comunidades em Ação - Moita: Projetos Empregabilidade em Rede e Projeto Multiculturalidade, Inclusão e Cidadania

O projeto de empregabilidade em rede desenvolvido na Baixa da Banheira e Vale da Amoreira e Fonte da Prata, Alhos Vedros e Moita teve como principal objetivo fomentar a criação de redes de colaboração entre atores públicos e privados, com vista a aumentar as oportunidades formativas, de capacitação e de acesso ao mercado de trabalho para pessoas em situação de vulnerabilidade. Estas redes envolveram a colaboração entre diversas entidades, como empresas, instituições de ensino, centros de formação, organizações governamentais e associações do terceiro setor.

- Foi estabelecida uma rede de colaboração entre instituições públicas, empresas privadas, associações comunitárias e entidades de formação profissional.
- Cooperação entre empresas locais e instituições de ensino e formação.
- Organização de encontros regulares entre os atores envolvidos para partilha de boas práticas e identificação de desafios comuns.

O estabelecimento dessas redes contribuiu para um ecossistema de empregabilidade mais eficiente, sustentável e inclusivo.

O balanço geral do projeto é positivo, tendo sido possível mobilizar recursos e criar dinâmicas que favoreceram a empregabilidade das populações mais vulneráveis.

O Projeto Multiculturalidade, Inclusão e Cidadania teve como objetivo, ao longo do ano, a implementação de intervenções que fomentem a promoção da coesão social e o desenvolvimento de competências pessoais e sociais. Com base nesses pilares, foram desenvolvidas atividades que beneficiaram diversos públicos, promovendo a integração intercultural e o fortalecimento da participação comunitária.

Durante o ano de 2024, foram assim consolidadas diversas atividades estratégicas, com vista à sua implementação efetiva, especialmente nas áreas da empregabilidade, da multiculturalidade, da inclusão social e da promoção da cidadania ativa. O trabalho desenvolvido centrou-se, essencialmente, na dinamização e fortalecimento de parcerias institucionais e comunitárias, promovendo uma atuação articulada e integrada. Esta abordagem teve como objetivo assegurar uma intervenção coerente, sustentável e complementar às iniciativas já existentes no território, potenciando sinergias e maximizando o impacto das ações junto das comunidades visadas.

Através deste esforço colaborativo, foram criadas condições favoráveis ao desenvolvimento de programas orientados para a capacitação profissional, a valorização da diversidade cultural, o reforço da coesão social e o estímulo à participação cívica, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais inclusiva, equitativa e participativa.

Comunidades em Ação – Barreiro

No âmbito do PRR a Rumo desenvolve um conjunto de ações que visam a capacitação de pessoas em situação de desemprego e/ou processo de Reconversão Profissional bem como promover a melhoria das qualificações escolares e profissionais de grupos específicos (NEET).

POAPMC – Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas:

14
27
28

O Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas é um programa financiado pela Segurança Social e funciona em parceria com o Banco Alimentar de Setúbal. Enquanto organização mediadora na prestação deste apoio no território da moita, a RUMO continua a assegurar uma distribuição mensal de alimentos a uma média anual de 128 destinatários/as (apoio prestado desde o ano de 2018), tendo este número mais que duplicado desde a pandemia COVID-19, mantendo-se neste patamar até ao presente.

A RUMO segue acompanhando atentamente as contínuas e cada vez mais agudas carências sentidas pelos agregados que apoia, mantendo o seu compromisso e missão ao serviço do combate à pobreza e à exclusão social a diferentes níveis, promovendo, assim, o combate à desigualdade.

RESPOSTAS SOCIAIS

Rendimento Social de Inserção – RSI RUMO:

A equipa de Rendimento Social de Inserção da RUMO encontra-se a intervir há 17 anos na freguesia da Baixa da Banheira e, desde julho de 2015, também nas freguesias de Alhos Vedros, Gaio-Rosário, Moita e Sarilhos Pequenos. Em 2023 a freguesia de Alhos Vedros, e em 2024 parte da freguesia da Baixa da Banheira, passaram a ser acompanhadas por outras entidades.

A equipa acompanhou, durante o ano de 2024, 645 agregados familiares, perfazendo um total de 1485 beneficiários. Foram transferidos 115 agregados e cessados 93 processos (dos processos cessados, destacamos 50 autonomizações, das quais 28 por deferimento de outras prestações sociais e 22 por rendimentos superiores).

À data de 31 de dezembro de 2024, mantinham-se em acompanhamento 466 Agregados Familiares.

Após análise, identificaram-se diferentes tipologias familiares na população:

- 293 beneficiários/as isolados/as;
- 172 agregados monoparentais femininos;
- 10 agregados monoparentais masculinos;
- 36 famílias alargadas
- 134 famílias nucleares

A multiculturalidade é também um factor de relevo, contabilizando-se 79 agregados familiares de etnia cigana, 48 de nacionalidade de países africanos, 8 do Brasil, 2 de países da Europa de Leste, 1 do Paquistão, 1 do Nepal, 1 do Irão, 2 da Suíça, 1 da Argentina e 1 de Cuba.

Em 2024, no âmbito do Acompanhamento Social, a equipa verificou um conjunto de carências e dificuldades, tendo-se deparado uma vez mais com um agravamento ao nível da falta de condições de habitabilidade, a um aumento dos casos de despejo e, conseqüentemente, de pessoas em situação de sem abrigo (PSSA).

De uma forma geral, segue-se uma caracterização da população acompanhada no RSi, nas mais diversas áreas de intervenção (ação social/cidadania; Educação; Emprego; Formação Profissional; habitação e Saúde.

- Desemprego: 672 beneficiários/as em idade ativa encontravam-se sem emprego, por vezes dois adultos por agregado. Salienta-se que 60 destes/as beneficiários/as apresentavam Certificado de Incapacidade Temporária para o Trabalho;
- Analfabetismo: 15 beneficiários com mais de 18 anos não sabiam ler nem escrever;
- Baixa escolaridade: 40 beneficiários/as possuíam níveis de escolaridade inferiores ao 4º ano;
- Importa salientar ainda que continuou a verificar-se um número significativo de beneficiários/as com o 12º ano de escolaridade (117) e com licenciatura (29), algo que coloca novos desafios à intervenção, no que respeita à Colocação em Mercado de Trabalho, nomeadamente em processos de reconversão profissional e de ações de promoção das competências sociais e pessoais.
- Falta de condições de habitabilidade: 94 agregados viviam em pátios ou habitações degradadas, sem condições mínimas de higiene e/ou segurança;
- Situação de sem-abrigo: identificaram-se 54 agregados familiares nesta situação;
- Situação de despejo: 33 agregados receberam avisos e/ou foram despejados;
- Doença mental: 53 beneficiários/as apresentavam diagnóstico;
- Deficiência cognitiva, motora, ou sensorial: 45 beneficiários/as;
- Vítimas de violência doméstica: 22 beneficiários;

NA
R
g

- Alcoolismo: foram identificados 9 beneficiários/as com acompanhamento pela Equipa de Tratamento, atualmente designado Pólo Arco Ribeirinho – ICAD, e 9 beneficiários/as que não usufruíram de qualquer acompanhamento especializado por não reconhecerem o problema;
- Toxicodependência: 11 beneficiários/as apresentaram diagnóstico de consumo de substâncias, encontrando-se integrados em tratamento; 1 beneficiário não foi acompanhado, apesar de evidenciar consumo de substâncias psicoativas;
- Crianças em risco: foram identificadas 62 crianças acompanhadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) ou pela Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais (EMAT), o que corresponde a 32 famílias;
- Crianças sem integração: 47 crianças, com idades compreendidas entre os 0 e os 3 anos, não se encontravam integradas em equipamentos de infância;
- Insucesso, absentismo, ou abandono escolar: foram identificadas 10 crianças com situações relacionadas com estas problemáticas;
- Ausência de prestação social adequada: 50 beneficiários/as, com 55 anos ou mais, com problemas de saúde e sem critérios para requerimento da Prestação Social para a Inclusão (PSI), continuaram a usufruir da prestação de Rendimento Social de Inserção. Note-se ainda que, a equipa identificou 11 beneficiários que não puderam requerer a Pensão de Velhice, nem a Pensão Social de Velhice, por falta de elegibilidade. Isto é, beneficiários que possuem Título de Residência, oriundos de países sem acordo com Portugal e beneficiários sem o prazo de garantia necessário ao requerimento.

SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (Ação Social)

O decreto-lei nº 55/2020, de 12 de agosto, veio concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social e, nesse âmbito, a Câmara Municipal da Moita delegou na Rumo em 2023, através da celebração de protocolo, o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, também designado por Serviço de Ação Social. Assim, a equipa encontra-se a intervir neste âmbito desde maio de 2023 na freguesia da Moita, Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos.

A equipa acompanhou, durante o ano de 2024, 215 Agregados Familiares, perfazendo um total de 506 beneficiários. Foram transferidos 16 agregados (8 por transitarem para o

acompanhamento social no âmbito do RSI e 8 por alteração de morada para outras zonas geográficas).

Ressalva-se que a 31 de dezembro de 2024, permaneciam sob o acompanhamento social do AAS 199 Agregados Familiares, correspondendo a 468 beneficiários.

Foram marcados 318 atendimentos ao longo do ano de 2024, dos quais 226 foram realizados e 92 ficaram por efetivar, por não comparência dos beneficiários/famílias.

Após análise, identificaram-se diferentes tipologias familiares na população:

- 72 beneficiários/as isolados/as;
- 55 agregados monoparentais femininos;
- 24 famílias alargadas
- 64 famílias nucleares

Mais do que em RSI, a multiculturalidade em AAS é, sem dúvida, um factor de relevo, sendo que grande partes dos Agregados que procuram este serviço pertencem à comunidade migrante residente no território. Assim, contabilizaram-se 48 Agregados de nacionalidade de países africanos, 10 do Brasil, 3 de países da Europa de Leste e 1 da Colômbia. Ressalva-se que não se encontram contabilizados os Agregados Familiares, cujo titular já tem nacionalidade portuguesa mas que alguns elementos ainda se encontram em processo de legalização.

Salienta-se, ainda, que a comunidade cigana não tem por padrão recorrer ao Serviço de Ação Social, uma vez que a maioria, dos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, está a auferir da medida de RSI e tem um Técnico Gestor de Processo que executa o acompanhamento social dos mesmos. Ainda assim, 2 Agregados de Etnia Cigana recorreram ao serviço no intuito de obter informações de cariz social.

Em 2024, a equipa verificou um conjunto de carências e dificuldades, tendo-se deparado, desde que assumiu o SAAS, com um progressivo agravamento ao nível da falta de condições de habitabilidade, situações de despejo e pessoas em situação de sem abrigo.

De uma forma geral, segue-se uma caracterização, nos mais variados domínios, da população acompanhada em SAAS:

- Desemprego: 134 beneficiários/as em idade ativa encontravam-se sem emprego, por vezes dois adultos por agregado, apresentando 2 destes/as Certificado de Incapacidade Temporária para o Trabalho;
- Analfabetismo: 2 pessoas com mais de 18 anos não sabiam ler nem escrever;



- Baixa escolaridade: 12 beneficiários/as possuíam níveis de escolaridade inferiores ao 4º ano;
- Importa salientar ainda que se verifica um número significativo de beneficiários/as com o 12º ano de escolaridade (36) e com licenciatura (24), na sua grande maioria oriundos de países africanos. Note-se que na maior parte dos casos, os beneficiários têm-se deparado com uma dificuldade no processo de equivalência tanto escolar, como profissional, inviabilizando a integração em mercado de trabalho nas áreas profissionais de origem. Por essa razão, é importante continuar investir na sensibilização e encaminhamento para processos de reconversão profissional e de ações de promoção das competências sociais e pessoais.
- Falta de condições de habitabilidade: 43 agregados viviam em locais precários, com rendas elevadas e, alguns destes degradados.
- Situação de carência alimentar: 98 pedidos de Apoio Alimentar, dos quais 27 agregados familiares já se encontram a receber o referido apoio e 15 encontram-se em lista de espera. Note-se que os restantes não passaram da fase de instrução do processo por falta de apresentação de documentos, por falta de critérios de elegibilidade ou por alteração de zona geográfica não abrangida pela equipa.
- Situação de sem-abrigo: identificaram-se 5 agregados familiares nesta situação (2 agregados sem teto e 3 agregados sem casa);
- Situação de despejo: 4 agregados receberam avisos e/ou foram despejados;
- Doença mental: 3 beneficiários/as apresentavam diagnóstico;
- Vítimas de violência doméstica: 1 beneficiário;
- Situações de Idosos em Vulnerabilidade Social: Foram identificados e atendidos 55 beneficiários/as com mais de 66 anos, dos quais 24 se encontram em isolamento social, 31 recorreram ao serviço por outros motivos, nomeadamente pedido de aumento de pensões, contratação de Apoios Domiciliários, acesso a lares públicos e privados dentro da área de residência, apoio alimentar, e apoio financeiro mensal para aquisição de bens e serviços. Salienta-se que foram efetuadas 4 referenciações para ERPI, por solicitação dos próprios, de familiares ou por indicação dos serviços.

- Crianças sem integração: 22 crianças, com idades compreendidas entre os 0 e os 3 anos, não se encontravam integradas em equipamentos de infância;
- Situação de Emergência Social: Em atendimento de Plantão Concelhio, por iniciativa própria, contabilizaram-se 13 casos que configuraram uma situação de Emergência Social. Em contexto de sinalização por parte do GISSH/LNES contabilizaram-se 29 casos que foram atendidos e acompanhados pela equipa.
- Apoios Económicos: Ao longo do ano foram concedidos 11 apoios de caráter eventual, num montante total de 9337 euros. Estes apoios tiveram como finalidade o pagamento de rendas em atraso, pagamento de noites em unidades hoteleiras (emergências sociais, Subsistência, Pagamento de primeira renda e/ou caução no arrendamento privado).

Centro de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica | Barreiro Moita:

O Centro de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica Barreiro I Moita desenvolve a sua atividade na promoção da Igualdade, Cidadania e Não Discriminação, Igualdade de Género e no combate à Violência de Género, em particular no âmbito da violência doméstica, violência nas relações de intimidade, violência contra pessoas idosas, violência contra pessoas portadoras de deficiência e/ou incapacidade e violência nas relações de intimidade entre jovens adolescentes, violência no namoro.

O CAV RUMO, apresenta-se como uma resposta especializada no apoio e acompanhamento psicológico, psicossocial, social e de informação e encaminhamento jurídico a pessoas vítimas de violência doméstica, de forma a promover uma efetiva re/inserção social através da re/construção de projetos de vida com base num suporte de atendimento de multivalências e numa perspetiva participativa de um Modelo de Atendimento Integrado, disponibilizando um conjunto de respostas às populações residentes nos Concelhos do Barreiro e da Moita, em que salientamos os seguintes aspetos:

- Nº de utentes (pessoas vítimas de violência doméstica) em acompanhamento pela estrutura de atendimento;
- Nº de atendimentos realizados pela estrutura de atendimento;
- Nº de reuniões realizadas com entidades da parceria do protocolo;
- Nº de ações de informação, sensibilização e de formação realizadas;

- Valências de apoio disponibilizado a pessoas vítimas de violência doméstica pela estrutura de atendimento (apoio psicológico, apoio psicossocial, apoio social, informação e encaminhamento jurídico e apoio em situações de emergência;
- Realização de atendimento descentralizado. A estrutura de atendimento realiza atendimento às populações dos concelhos do Barreiro e da Moita numa lógica de atendimento de proximidade. Existência de três espaços de atendimento devidamente identificados. Rumo – Cooperativa de Solidariedade Social, Crl (atendimento de emergência – back office da equipa técnica), Centro de Saúde da Moita (população residente no Concelho da Moita) e CPCJ do Barreiro (população residente no Concelho do Barreiro).
- Não obstante dos espaços identificados os locais de atendimento são ajustados, e encontram-se sempre disponíveis, de acordo com as necessidades identificadas junto das pessoas vítimas de violência doméstica que solicitam apoio da estrutura de atendimento, assim bem como situações provenientes de outros Concelhos limítrofes;
- A estrutura de atendimento dispõe de serviço de telefónico permanente através do número de emergência (7 dias p/semana | 24h p/dia).
- Mais se informa que dispõe de número fixo com horário de funcionamento entre as 9H e as 17H nos dias úteis.
- Disponibiliza três números de serviço relativos aos elementos da equipa técnica e destinados a pessoas vítimas de violência doméstica que se encontrem em acompanhamento pela estrutura de atendimento;
- Gestão, desenvolvimento e monitorização: utilização de instrumentos técnicos e metodologias de intervenção adaptados/as à problemática da violência doméstica e de género; fichas únicas de atendimento, preenchimento de relatórios intercalares, finais, mensais, semestrais e anuais (execução física e financeira), supervisão e discussão de casos e frequência em ações de formação por parte da equipa técnica;
- Articulação com entidades da parceria formal e informal da estrutura de atendimento;
- Plano de comunicação: Mecanismos eficazes de divulgação e de informação disponibilizados a nível dos concelhos do Barreiro e da Moita, através de plataformas digitais da Rumo, Cooperativa de Solidariedade Social, Crl, e ao nível das Autarquias do Barreiro e da Moita (Site institucional, cartazes, flyers e no âmbito dos CLAS – Concelhos Locais de Ação Social);
- Estrutura de atendimento com contatos atualizados no âmbito da RNAVD (Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica – Guia de Recursos);

- Articulação com a CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género) no âmbito do apoio técnico e processos de monitorização;
- Articulação com a RNAVVD (Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica) no âmbito da plataforma da gestão de vagas para encaminhamento de vítimas de violência doméstica para estruturas de atendimento, estruturas de acolhimento de emergência e casas abrigo;
- Participação em reuniões com a RNAVVD (Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica), promovidas pela CIG e pela Secretaria de Estado para a Igualdade e Migrações.

No decurso da nossa intervenção ao longo do ano de 2024, deparámo-nos com os seguintes constrangimentos:

- Promover a melhoria dos espaços de atendimento do CAVBM de acordo com as necessidades das pessoas vítimas de violência doméstica e da equipa técnica da Estrutura de Atendimento (CAVBM);
- Necessidade de renovação de dois equipamentos informáticos (dois computadores portáteis para a equipa técnica);
- Aumentar nº de ações de informação, sensibilização e de formação a diversos públicos estratégicos (forças de segurança - opc, saúde, educação, etc), no âmbito da promoção da Igualdade, Cidadania e Não Discriminação;
- Potenciar a articulação e o trabalho em rede e/ou de parceria, de forma a otimizar o apoio e a intervenção de forma integrada a pessoas vítimas de violência doméstica. Implementar Modelo de Atendimento Integrado;
- Promover ações de capacitação e de formação especializada para técnicos/as de apoio à vítima;
- Agilizar processos de apoio social para pessoas vítimas de violência doméstica;
- Promover processos de capacitação, formação e integração profissional para pessoas vítimas de violência doméstica;
- Promover processos de atribuição de habitação social (via IHRU/Autarquias), de forma mais célere de acordo com as necessidades e expectativas das pessoas vítimas de violência doméstica;
- Potenciar e divulgar a RNAVVD (Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica) a nível nacional, regional e local;

- Promover a articulação e partilha de dados/processos judiciais no setor da Justiça.

Casa de Acolhimento Residencial - CAR RUMO:

O ano de 2024 foi um ano desafiante, como todos têm sido, na verdade, contudo, foi também ao ano em que tivemos mais apoios do exterior. Conseguimos estabelecer uma parceria com a empresa Veolia, através da Entrajuda, que nos fez uma pequena reparação na sala e se transformou numa empresa amiga que apoiou em pequenas ações ao longo do ano. A Comunicação da Rumo conseguiu estabelecer para a CAR uma parceria com a Milestone, que também nos apoiou, de várias formas ao longo do ano.

Como aspetos mais negativos destaco o facto de necessitarmos de algumas reparações mais profundas na Casa e não dispormos de condições para as realizar. Como aspetos mais positivos, destaco as férias no Algarve, que é sempre um momento de grande união entre o grupo e uma boa fase para estreitar as relações interpessoais que existem entre os seus membros, tornando-as ainda mais familiares.

Centro de Inclusão Comunitária – CIC RUMO:

O projeto CIC teve um ano de 2024 muito produtivo, completando todas as atividades propostas. Uma das principais mudanças foi a entrada da Yana Suslovets como nova dançarina e coreógrafa, que trabalhou com o Grupo INCLUDANCE. Ao longo de 12 anos, a equipe do CIC tem se esforçado para atender às necessidades dos utentes e suas famílias, buscando sempre desenvolver competências e oferecer um serviço diferenciado em relação a outros CACI's, com forte envolvimento da comunidade e parcerias.

Um dos momentos mais apreciados foi a semana de férias no Algarve, e a Viagem do ano que este ano teve foco na dança e possibilitou uma troca de experiências com outra entidade similar. Além disso, houve uma mudança na equipe com a reforma da psicóloga Lurdes Nunes, que foi substituída pela Ana Paula Candeias, que foi muito bem recebida por todos.

Creche e Berçário – RUMO Kids:

A RUMO Kids é um equipamento de natureza socioeducativa, vocacionado para o apoio à família e à criança, destinado a acolher crianças até aos 3 anos de idade, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais.

14
RP
A

Esta nova valência funciona na Quinta da Lomba e está organizada em 3 salas, de acordo com as características específicas das diferentes faixas etárias, de acordo com a seguinte distribuição:

- Berçário até à aquisição da marcha
- Da aquisição da marcha até aos 24 meses
- Dos 24 meses aos 36 meses

Ao longo do ano letivo temos diversas atividades programadas e outras tantas que vão surgindo de acordo com o interesse dos grupos, com as sugestões das famílias e convites que nos fazem.

Para além das atividades como: dia do animal, dia da mãe, dia do pai, São Martinho, etc... todos os anos há dias que não podem deixar de ser comemorados pela grande importância que têm na vida das crianças, famílias e comunidade. Gostávamos de destacar:

- **Dia do Pijama:**

- **Pontos fortes:**

- Relembrar os Direitos das Crianças e a sua importância;
 - Ajudar a Associação Mundos de Vida;

- **ECOSentir – Teatro sensorial:**

- **Pontos fortes:**

- Trazer às crianças a oportunidade de assistir a um teatro sensorial sem terem de se deslocar (há famílias que não têm como o fazer);

- **Feira do livro:**

- **Pontos forte:**

- Dar oportunidade às famílias de adquirir livros em segunda mão (em bom estado) e novos a preços acessíveis;
 - Trabalhar com a comunidade – Tio Papel;
 - Continuar a fomentar o interesse das crianças pela leitura contribuindo para todos os benefícios que esta traz.

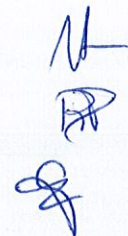
- **Constrangimentos:**

- Escassez de livros em segunda-mão adequados às nossas faixas etárias;

- **Mês da família/ caminhada solidária**

- **Pontos fortes:**

- Partilha do nosso dia-a-dia com as famílias;
 - Aproximação das famílias à creche;



- Juntar momentos de lazer com solidariedade (ajudar o abrigo Mãozinhas) aproximando as famílias
- **Constrangimentos:**
 - Fraca adesão das famílias
- **Visita a uma Quinta Pedagógica – Quinta da Granja (Loures)**
 - **Pontos fortes:**
 - Conhecer e interagir com animais no seu habitat natural;
 - Fazer pão;
 - Brincar ao ar livre
 - **Constrangimentos:**
 - Valor elevado do transporte para deslocação: Creche – Quinta, Quinta – Creche
- **Praia**
 - Atividade não realizada pelo valor muito elevado do autocarro em relação ao ano anterior.
- **Sala das Aventuras foi:**
 - **Andar de barco e de comboio:**
 - **Pontos fortes:**
 - Concretizar a vontade do grupo quando manifestou esta vontade em momento de grande grupo;
 - Dar possibilidade às crianças de andarem em transportes que nunca tinham andado
 - **Constrangimentos:**
 - Todas estas deslocações implicaram uma deslocação de autocarro até ao Terminal Fluvial. Em todas as vezes os adultos têm de pagar a sua viagem ou contar com a boa vontade dos motoristas;
- **Sala das Descobertas e Aventuras foram:**
 - **Passar o dia na Coletividade os Leças a convite do Sr. Alfredo:**
 - **Pontos fortes:**
 - Ligação à comunidade;
 - Adesão das famílias a estas iniciativas;
 - Conhecer os transportes públicos existentes;
 - **Constrangimentos:**

- Esta visita implicou duas deslocações de autocarro. Em todas as vezes os adultos têm de pagar a sua viagem ou contar com a boa vontade dos motoristas;

A atividade desenvolvida pela Cooperativa, tanto de forma global como ao nível de cada projeto específico, é continuamente divulgada e promovida junto dos diversos públicos-alvo. Esta comunicação é realizada através de múltiplos canais, nomeadamente o envio regular de informações por e-mail, a partilha de conteúdos nas redes sociais como Facebook, Instagram e LinkedIn, bem como através da publicação mensal da e-News. Adicionalmente, a Cooperativa assegura a atualização permanente do seu website institucional e recorre à exposição e distribuição de materiais gráficos, com vista a garantir uma presença comunicacional eficaz, coerente e abrangente.

4. OBJETIVOS DE GESTÃO: Processos de Suporte e Processos Chave

A RUMO determina e gere os processos necessários para alcançar os resultados pretendidos, usando, para tal, uma abordagem sistémica de gestão. No sentido do cumprimento do âmbito do Sistema de Gestão, encontram-se definidos processos-chave que são monitorizados semestralmente – dois relatórios por ano, por projeto/unidade. Os indicadores e as metas organizacionais estão definidas, por processo, na Matriz Global de Gestão. A monitorização dos indicadores dos processos é efetuada de acordo com o especificado para cada indicador.

Para a comunicação do exercício do ano de 2024, assumimos uma perspetiva da relação entre os objetivos/metastabelecidas e atingidas pelos diferentes projetos no âmbito da sua Área de Intervenção e respetiva ponderação e análise sempre numa lógica de melhoria contínua.

5. ANÁLISE DO SISTEMA DE GESTÃO

Em seguida, passaremos à apresentação dos resultados obtidos no ano de 2024 (resultados em média combinada dos dois semestres).

Nota: Para as valências/ respostas sociais Centro de Inclusão Comunitária – CIC e Casa de Acolhimento Residencial – CAR RUMO, esta análise será realizada com base no estabelecido na última revisão à Matriz Global de Gestão.

5.1. Processos-Chave CAR

PCCAR 1 Acolhimento e Integração

ID1 – Tempo médio para a realização da avaliação diagnóstica

ID1	Meta	2017	2018	2019	2020	2021	2023	2024	2025
	<20	13	NA	NA	2	2	3	NA	4

A meta estabelecida relativamente ao tempo previsto para a realização da avaliação diagnóstica foi superada com sucesso no ano em análise.

ID2 – N.º de integrações

ID2	Meta	2017	2018	2019	2020	2021	2023	2024	2025
	Monitorizar	5	0	0	2	2	2	0	3

Em 2024 foram admitidos 3 novos elementos na Casa de Acolhimento Residencial RUMO.

PCCAR2 Projeto Educativo

ID3 – Taxa de PSEI's elaborados em 30 dias ou menos

ID3	Meta	2017	2018	2019	2020	2021	2023	2024	2025
	> 90%	100%	NA	NA	100%	0%	200%	NA	100%

Na sequência da admissão de novos elementos, a taxa de PSEIs elaborados em 30 dias ou menos superou a meta estabelecida para o ano.

ID4 – Taxa do cumprimento do Plano de Atividades

ID4	Meta	2017	2018	2019	2020	2021	2023	2024	2025
	≥ 90%	98%	100%	98%	70%	50%	93%	120%	100%

O resultado obtido ficou, este ano, 10 valores percentuais acima do previsto (90%) e, igualmente, acima do registado no ano de 2023 registando assim o cumprimento de todas as atividades previstas/planeadas por imposições da Segurança Social e da DGS e de outras decorrentes de parcerias, iniciativas solidárias e do esforço e compromisso da equipa técnica, do grupo e da Cooperativa no seu conjunto.

PCCAR 3 Nutrição, Alimentação e Cuidados Especiais

ID5 – Índice de qualidade de alimentação.

ID5	Meta	2017	2018	2019	2020	2021	2023	2024	2025
	≤ 5	100%	93%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Este indicador é apurado tendo por base uma listagem de aspetos considerados relevantes para uma alimentação de qualidade, que foi monitorizada mensalmente pela CAR. Os aspetos definidos são:

- Fruta fresca e variada
- Refeições de peixe e carne intercaladas
- Introdução de salada em todas as refeições
- Refeição acompanhada com água
- Doce apenas uma vez por semana
- Sopa todos os dias
- Ementas adequadas à época do ano
- Não reutilização de óleo de fritura
- Preocupação com a confeção em termos de sabor
- Preocupação com a apresentação da comida
- Variedade de lanche
- Ementa de jantar especial escolhida pelo aniversariante

ID6 – Taxa de satisfação das crianças/jovens relativamente aos cuidados prestados

ID6	Meta	2017	2018	2019	2020	2021	2023	2024	2025
	≥ 80%	83,38%	67%	NA	NA	NA	NA	NA	NA

Este resultado mantém-se por apurar desde 2019. Durante o ano de ano 2025 serão realizadas as diligências necessárias a fim de operacionalizarmos efetivamente o apuramento deste indicador que se revela de extrema importância.

5.2. Processos-Chave CIC/CACi

PCCACI 1 - Admissão, Acolhimento e Integração

ID7 – N.º de rescisões do contrato de prestação de serviços

ID7	Meta	2017	2018	2019	2020	2021	2023	2024	2025
	≤ 2	3	2	0	0	1	1	1	0

Durante o ano de 2024 não se registaram rescisões de contrato no âmbito do CIC.

ID8 – Tempo médio decorrido entre a inscrição e a entrada na lista de candidatos (n.º de dias)

ID8	Meta	2017	2018	2019	2020	2021	2023	2024	2025
	≤ 15	0	3	0	0	0	32	NA	NA

Durante o ano de 2024 não se procedeu ao monitoramento do período de espera entre a data de inscrição na resposta e a entrada na lista de candidatos/as.

Salienta-se a recomendação de retomar a monitorização deste indicador de modo a apurar o grau de cumprimento e/ou necessidade de melhoria dos procedimentos.

PCCACI 2 Projeto de Vida

ID10 – Grau de satisfação das famílias/representante legal

ID10	Meta	2017	2018	2019	2020	2021	2023	2024	2025
	≥ 80%	82,1%	86,28%	NA	NA	NA	NA	NA	NA

O grau de satisfação das famílias/representante legal não é inferido desde o ano de 2019.

ID11 – Grau de execução dos objetivos previstos (PII)

ID11	Meta	2017	2018	2019	2020	2021	2023	2024	2025
	≥ 70%	82,9%	88,18%	92,1%	84%	93,54%	87,68%	93,78%	93,04

O grau de execução do PII desceu ligeiramente em 2024, mantendo-se acima da meta definida (70%), o que demonstra uma adequação entre os objetivos planeados e aquilo que se consegue efetivamente realizar no âmbito desta resposta social da RUMO.

5.3. Apresentação e análise do cumprimento dos objetivos e atividades dos restantes projetos no âmbito das três áreas de atuação da Cooperativa

Para espelhar no Balanço pela Gestão o cumprimento dos objetivos propostos por cada projeto, apresenta-se o grau de cumprimento dos objetivos planeados por resposta e por semestre:

	1º SEMESTRE 2024					
	Taxa de cumprimento de objetivos	N.º de objetivos definidos	N.º de objetivos cumpridos	N.º de atividades planeadas	N.º de atividades executadas	Taxa de cumprimento de atividades
CAO-CIC	100%	12	12	22	22	100%
CAAV	67%	6	4	6	6	100%
CAR	100%	7	7	30	27	90%
Centro de Recursos - FEE	100%	3	3	22	22	100%
Comunidades BB	100%	2	2	2	2	100%
Formar - FEE	70%	10	7	19	19	100%
Incorpora - FEE	100%	3	3	3	3	100%
REBM - IT	75%	4	3	9	8	89%
SAASI - RSI	88%	8	7	19	18	95%
SAASI - Ação Social	100%	7	7	13	13	100%
Rumo Kids	100%	8	8	15	15	100%
Reincorpora	67%	3	2	9	9	100%
Comunidades Moita+BBVA Emp Rede	100%	2	2	2	2	100%
Comunidades Moita Multiculturalidade, Inclusão e Cidadania	100%	4	4	3	3	100%
TOTAIS	90,42%	79	71	174	169	98,12%

	2º SEMESTRE 2024					
	Taxa de cumprimento de objetivos	N.º de objetivos definidos	N.º de objetivos cumpridos	N.º de atividades planeadas	N.º de atividades executadas	Taxa de cumprimento de atividades
CAO-CIC	92%	12	11	22	22	100%
CAAV	67%	6	4	6	6	100%
CAR	100%	7	7	30	28	93%
Centro de Recursos - FEE	100%	3	3	22	22	100%
Comunidades BB	100%	2	2	2	2	100%
Formar - FEE	100%	10	10	19	19	100%
Incorpora - FEE	67%	3	2	3	3	100%
REBM - IT	100%	4	4	9	8	89%
SAASI - RSI	88%	8	7	19	18	95%
SAASI - Ação Social	100%	7	7	13	13	100%
Rumo Kids	100%	8	8	15	15	100%
Reincorpora	67%	3	2	9	9	100%
Comunidades Moita+BBVA Emp Rede	100%	2	2	2	2	100%
Comunidades Moita Multiculturalidade, Inclusão e Cidadania	100%	4	4	3	3	100%
TOTAIS	91,37%	79	73	174	170	98,35%

De acordo com os dados apresentados no Quadro 1 e no Quadro 2, constata-se que a taxa de cumprimento das atividades e dos objetivos previamente estabelecidos para cada projeto, ao longo do ano de 2024, foi globalmente atingida de forma satisfatória. Este desempenho evidencia uma execução eficaz e alinhada com os planos delineados, refletindo um elevado nível de compromisso e eficiência por parte das equipes envolvidas, confirmando um espírito de missão merecedor de destaque.

Os trabalhadores da Rumo Cooperativa de Solidariedade Social, desenvolveram as suas atividades com um espírito de compromisso, dedicação e impacto positivo junto das comunidades onde intervimos.

Cada área contribuiu de forma decisiva para a concretização da nossa missão. As Respostas Sociais continuaram a garantir o apoio e o acompanhamento a quem mais precisa, promovendo a inclusão e o bem-estar. As Intervenções Territoriais reforçaram a proximidade e a coesão comunitária, promovendo parcerias locais e ações ajustadas às especificidades de cada território. Na Formação, Emprego e Empreendedorismo, investimos na capacitação das pessoas, fomentando a empregabilidade e o desenvolvimento de iniciativas sustentáveis.

Em 2024, a Rumo enfrentou um ano particularmente desafiante, marcado por uma redução significativa da atividade, nomeadamente no projeto da Formação Profissional. Esta quebra teve um impacto direto na sustentabilidade financeira do mesmo, levando à necessidade de recorrer à medida de *layoff* como forma de mitigar os efeitos negativos e assegurar a viabilidade futura do projeto e da cooperativa.

Foi um ano que implicou vários esforços e desafios, mas que, com trabalho em equipa, dedicação e resiliência, conseguimos superar. Cada obstáculo foi uma oportunidade de crescimento, cada desafio uma lição aprendida. O sucesso alcançado é fruto do empenho coletivo, e é com orgulho que encerramos este ciclo, já com os olhos postos no futuro e na continuação deste caminho de superação e conquistas.

6. Fatores que afetam o Sistema de Gestão:

Negativamente:

- Redução dos montantes inerentes à candidatura para a Formação Profissional de Pessoas com Deficiência e Incapacidade;

- Demora na abertura da candidatura para a Formação Profissional de Pessoas com Deficiência e Incapacidade;
- Financiamento parcial dos projetos/programas e funcionamento por reembolso;
- Manutenção de custos fixos além do financiamento de projetos (despesas com recursos humanos efetivos, renda, água, eletricidade, comunicações, combustíveis, desgaste de viaturas, entre outros);
- Cruzamento de critérios relevantes para a gestão da organização: gestão por projeto *versus* gestão global da Cooperativa (dimensões financeira e de recursos humanos) – desafio contínuo;

Positivamente:

- Integração de organismos associativos e cooperativos de representação do setor (FENACERCI, FORMEM, APEA, EUSE, CASES, FNERDM, entre outras);
- Reconhecimento e notoriedade atribuídos pelos diferentes públicos ao relevo e qualidade dos serviços prestados pela Cooperativa ao longo das suas mais de quatro décadas de atividade;
- Atividade múltipla e cada vez mais diversificada no âmbito da solidariedade social e apoio à comunidade e resposta positiva e adequada às necessidades e lacunas das comunidades onde atuamos;
- Ampla experiência de grande parte dos/as técnicos/as da Cooperativa e o seu grau de envolvimento e relações de trabalho e cooperação com entidades e parceiros locais;
- Participação nos grupos de trabalho das redes sociais do Barreiro, Moita, Almada e Seixal;
- Distinção “Marca Empregadora Inclusiva” (IEFP).

7. Recomendações de melhoria:

São recomendações para a melhoria do Sistema de Gestão da RUMO a/o:

- Continuação e aposta na dinamização e funcionamento do Conselho Técnico;
- Reforço da ação da Cooperativa, no contexto de Intervenções Territoriais Integradas (ITI);

- Continuação da consolidação e disseminação do modelo da Rede de Empregabilidade;
- Avaliação da satisfação de todas as partes interessadas da RUMO;
- Revisão contínua do Plano Estratégico da RUMO, em colaboração com o Conselho Técnico e a Assembleia Geral de Sócios;
- Continuação da aposta na formação específica para o envolvimento e desenvolvimento pessoal e profissional de todos/as os/as trabalhadores/as, de forma a maximizar as suas potencialidades (Plano de Formação);
- Reforço da aposta na dinamização e divulgação do Centro de Formação da RUMO através da criação do Plano de Formação para prestação de serviços e consultoria especializada;
- Promoção de atividades regulares que fomentem a interação e cooperação entre trabalhadores/as, projetos e unidades da RUMO;
- Necessidade de resposta positiva e concertada no que concerne ao despertar da atenção da opinião pública para as organizações do terceiro sector por motivos alheios ao real valor, pertinência, legitimidade e contributo das organizações;
- Integração dos vários projetos e partilha de informação no sentido de melhor servir as necessidades dos destinatários/as, enquanto objetivo primário da Cooperativa;
- Maior controlo contabilístico *versus* tesouraria com a colaboração estreita entre o Conselho de Administração – Tesouraria; os secretariados e as coordenações dos projetos/respostas;
- Continuação da implementação de novos projetos que permitam diversificar as respostas à comunidade – desafio contínuo;
- Investimento e compromisso da Cooperativa com novos projetos/valências e equipamentos/instalações, com vista ao alcance de uma maior sustentabilidade institucional e da manutenção e melhoria da presença e relevância da RUMO nos territórios de intervenção – lógica de continuidade;
- Fortalecimento do Centro de Formação da Rumo;
- Continuação da aposta em ações/iniciativas de angariação de fundos e campanhas solidárias (patrocinadores/padrinhos e mecenas).

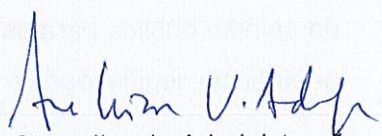
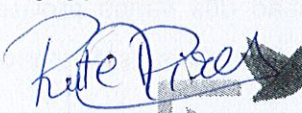
8. PLANEAMENTO

As ações resultantes deste Balanço e que se constituem formalmente como saídas da Revisão pela Gestão, encontrar-se-ão documentadas no Plano de Atividades do Sistema de Gestão para o ano de 2024.

9. ANEXOS

9.1 – Relatórios de Atividades – 1º e 2º semestres

9.2 – Relatório de Contas da RUMO (2024)


O Conselho de Administração.


RUMO
Conselho
de
Administração



28.
TRG
P/A

RUMO, CRL
Demonstrações Financeiras Individuais
Exercício 2024

Modelo SNC
Dezembro de 2024

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

• Balanço Individual em 31 de dezembro de 2024.....	5
• Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de dezembro de 2024.....	6
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de dezembro de 2024.....	7
• Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais em 31 de dezembro de 2024.....	8
• Anexo	
1. Nota introdutória.....	9
2. Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	9
3. Principais políticas contábilísticas	11
4. Ativos fixos tangíveis	15
5. Propriedades de investimento	16
6. Ativos intangíveis	16
7. Ativos biológicos	16
8. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	16
9. Participações financeiras – outros métodos.....	16
10. Acionistas/Sócios.....	16
11. Outros ativos financeiros	16
12. Ativos e passivos por impostos diferidos	16
13. Inventários	16
14. Clientes	16
15. Adiantamentos a fornecedores	17
16. Estado e outros entes públicos	17
17. Outras contas a receber	17
18. Diferimentos	18
19. Ativos financeiros detidos para negociação	18
20. Outros ativos financeiros	18
21. Ativos não correntes detidos para venda.....	18
22. Caixa e depósitos bancários	18
23. Capital realizado	18
24. Outros instrumentos de capital próprio	18
25. Reserva legal.....	19
26. Resultados transitados.....	19
27. Excedentes de revalorização	19
28. Outras variações nos capitais próprios	19
29. Provisões.....	19
30. Financiamentos obtidos.....	20
31. Outras Contas a pagar	20
32. Fornecedores.....	20
33. Adiantamentos de clientes.....	21
34. Outros passivos financeiros.....	21
35. Vendas e prestações de serviços.....	21
36. Subsídios à exploração	21
37. Ganhos e perdas decorrentes dos investimentos financeiros	21
38. Variação nos inventários da produção	21
39. Trabalhos para a própria entidade	21
40. Custo das vendas.....	21
41. Fornecimentos e serviços externos.....	22
42. Gastos com o pessoal	22
43. Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	22
44. Aumento /redução de justo valor	22
45. Outros rendimentos e ganhos.....	23
46. Outros gastos e perdas	23
47. Gastos/reversões de depreciação e de amortização	24

48. Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões).....	24
49. Resultados financeiros	24
50. Partes relacionadas.....	25
51. Compromissos	25
52. Eventos subsequentes.....	25
53. Informações exigidas por diplomas legais	25

W. A.
RR
R
A

Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024



RUMO - COOP.SOLIDARIEDADE SOCIAL, CRL

Balanco Individual em 31 de Dezembro de 2024

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.2024	31.Dez.2023
Activo			
Activos fixos tangíveis	4	807 082,20	814 448,24
Propriedades de investimento	5	0,00	0,00
Activos intangíveis	6	0,00	0,00
Activos biológicos	7	0,00	0,00
Participações financeiras - método eq. patrimonial	8	0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos	9	0,00	0,00
Accionistas / sócios	10	0,00	0,00
Outros activos financeiros	11	2 965,30	2 965,30
Activos por impostos diferidos	12	0,00	0,00
Total dos Activos Não Correntes		810 047,50	817 413,54
Inventários	13	0,00	0,00
Activos biológicos	7	0,00	0,00
Clientes	14	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	15	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	16	2 561,95	1 140,84
Accionistas / sócios	10	700,00	810,00
Outras contas a receber	17	130 010,23	278 800,36
Diferimentos	18	3 530,94	3 776,49
Activos financeiros detidos para negociação	19	0,00	0,00
Outros activos financeiros	20	0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda	21	0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	22	21 831,62	23 217,05
Total dos Activos Correntes		158 634,74	307 744,74
		968 682,24	1 125 158,28
Capitais Próprios			
Capital realizado	23	4 630,00	4 730,00
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio	24	0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais	25	1 663,74	1 663,74
Outras reservas		54 286,54	54 286,54
Resultados transitados	26	-19 937,77	-206 486,73
Ajustamentos em activos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização	27	510 651,07	510 651,07
Outras variações no capital próprio	28	5 797,21	5 797,21
Resultado líquido do exercício		-34 097,78	180 786,74
Total dos Capitais Próprios		522 993,01	551 428,57
Passivo			
Provisões	29	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	30	21 568,67	45 098,04
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	12	0,00	0,00
Outras contas a pagar	31	0,00	0,00
Total dos Passivos Não Correntes		21 568,67	45 098,04
Fornecedores	32	16 351,76	37 844,63
Adiantamento de clientes	33	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	16	63 842,31	94 423,10
Accionistas / sócios	10	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	30	129 241,45	178 529,43
Outras contas a pagar	31	60 140,20	211 978,52
Diferimentos	18	154 544,84	5 855,99
Outros passivos financeiros	34	0,00	0,00
Total dos Passivos Correntes		424 120,56	528 631,67
Total do Passivo		445 689,23	573 729,71
		968 682,24	1 125 158,28
Barreiro, 31 de Dezembro de 2024		0,00	0,00

O CONTABILISTA CERTIFICADO
Fernanda Lampreia

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Rute Pires
Susana Santos

Fernanda Lampreia
CC 92234



RUMO - COOP.SOLIDARIEDADE SOCIAL, CRL

Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.2024	31.Dez.2023
Vendas de mercadorias	35	0,00	0,00
Prestação de serviços	35	29 623,27	24 656,33
Subsídios à exploração	36	1 895 099,78	2 556 701,80
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	37	0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	38	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	39	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	40	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	41	-304 285,23	-322 513,95
Gastos com o pessoal	42	-1 621 678,84	-2 071 535,77
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	13	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14 e 17	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	29	0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	43	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	44	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	45	29 133,67	50 649,47
Outros gastos e perdas	46	-13 586,61	-11 630,44
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		14 306,04	226 327,44
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	47	-24 163,74	-24 752,24
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	48	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-9 857,70	201 575,20
Juros e rendimentos similares obtidos	49	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	49	-24 240,08	-20 788,46
Resultado antes de impostos		-34 097,78	180 786,74
Imposto sobre o rendimento do período	16	0,00	0,00
Resultado líquido do período		-34 097,78	180 786,74
Resultado por ação básico		0,00	0,00

Barreiro, 31 de Dezembro de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO
Fernanda Lampreia

Fernanda Lampreia
CC 92234

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Rute Pires
Susana Santos



RUMO - COOP.SOLIDARIEDADE SOCIAL, CRL

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais - Exercício de 2024

(Valores expressos em euros)

	31.Dez.2024	31.Dez.2023
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	0,00	0,00
Pagamento de Bolsas	-203 431,83	-331 069,58
Pagamentos a fornecedores	-332 666,90	-359 875,52
Pagamentos ao pessoal	-1 184 339,46	-1 277 753,85
Caixa gerada pelas operações	-1 720 438,19	-1 968 698,95
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	1 816 922,21	2 018 206,35
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)	96 484,02	49 507,40
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	0,00	-539,00
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
	0,00	-539,00
	0,00	0,00
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)	0,00	-539,00
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-100,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
	-100,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-73 529,37	-23 529,41
Juros e gastos similares	-24 240,08	-20 788,46
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
	-97 769,45	-44 317,87
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)	-97 869,45	-44 317,87
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-1 385,43	4 650,53
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	23 217,05	18 566,52
Caixa e seus equivalentes no fim do período	21 831,62	23 217,05

Barreiro, 31 de Dezembro de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Fernanda Lampreia

Fernanda Lampreia
CC 92234

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rute Pires

Susana Santos

Rumo, CRL
Demonstrações Financeiras Individuais
31 de dezembro de 2024



RUMO - COOP.SOLIDARIEDADE SOCIAL, CRL

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2024

(Valores expressos em euros)

			Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					
			Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício
Posição no Início do Período 2023	1	Notas	4 730,00	1 663,74	54 286,54	-206 486,73	516 448,28	180 786,74
Alterações no período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de activos	27		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedente de revalorização de activos	27		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	12		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	28		-100,00	0,00	0,00	186 548,96	0,00	-180 786,74
	2		-100,00	0,00	0,00	186 548,96	0,00	-180 786,74
Resultado Líquido do Período	3							-34 097,78
Resultado Integral	4 = 2 + 3							-214 884,52
Operações com detentores de capital próprio								
Realizações de capital			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período 2024	6 = 1 + 2 + 3 + 5		4 630,00	1 663,74	54 286,54	-19 937,77	516 448,28	-34 097,78

Barreiro, 31 de Dezembro de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO
Fernanda Lampreia

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Rute Pires
Susana Santos

Fernanda Lampreia
CC 92234

RUMO, CRL

**Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

(Valores expressos em euros)

h.
BR
F
K
M

1. Nota introdutória

A Rumo, CRL, foi constituída em 1981, tem a sua sede na Rua Miguel Pais, nº46, 1ºA, 2830-356 Barreiro. A Cooperativa tem como atividade principal o Apoio Social sem Alojamento. A Rumo é uma cooperativa sem fins lucrativos, que tem por objetivo fundamental a solidariedade social e o desenvolvimento de atividades de apoio em diferentes domínios de intervenção a pessoas em situação de desvantagens, visando a defesa dos seus direitos individuais e de cidadania, designadamente no quadro da promoção do direito à igualdade de oportunidades e à inclusão escolar, profissional e comunitária.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2024 as demonstrações financeiras da Rumo, CRL foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de janeiro de 2010, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, os efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de janeiro de 2010) foram registados em capitais próprios e estão descritos no quadro que segue, no qual se explicitam igualmente os ajustamentos efetuados nas últimas demonstrações financeiras anuais apresentadas (31 de Dezembro de 2010).

Exemplo de nota sobre os efeitos dos ajustamentos (NCRF 3)

A reconciliação entre o capital próprio e os resultados do período findo em 31 de dezembro de 2011, obtidos de acordo com o normativo POC e os respetivos montantes obtidos de acordo com as NCRF é apresentada como segue:

Nota 3 - Reconciliação do capital próprio

<u>Reconciliação do Capital Próprio</u>	<u>31-dez-10</u>	<u>1-jan-11</u>
Capital próprio POC	4.610	4.620
1. Despesas de instalação e constituição	-	-
2. Despesas de campanhas publicitárias	-	-
3. Impostos diferidos	-	-
4. Desreconhecimento dep. Acum. Terreno Angola	-	-
Capital Próprio NCRF	<u>4.610</u>	<u>4.620</u>
Reconciliação do Resultado		
Resultado líquido POC	6.987	
1. Despesas de instalação e constituição	-	
2. Despesas de campanhas publicitárias	-	
3. Impostos diferidos	-	
4. Imparidades Activos - Obras prop. Alheia	-	
5. Desreconhecimento dep. Período terreno Angola	-	
Resultado líquido NCRF	<u>6.987</u>	

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Cooperativa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Cooperativa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

f) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

g) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

R.
R.
B.
R.
H.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Rumo, CRL são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Anos de vida útil	
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do período, na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento".

No final do período de promoção e construção desse ativo a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica “Variação de valor das propriedades de investimento”.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas na rubrica propriedades de investimento.

3.4. Ativos intangíveis

Não se aplica.

3.5. Investimentos financeiros

Não se aplica.

3.6. Imposto sobre o rendimento

A Cooperativa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Cooperativa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

3.7. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio de aquisição como método de custeio.

3.8. Ativos biológicos

Não se aplica.

3.9. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.10. Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no capital próprio, na rubrica “Reserva de justo valor” até o ativo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

W. A.
PR
S
R
A

Os ativos financeiros disponíveis para venda em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado são denominados “Outros investimentos” e encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

3.11. Ativos não correntes detidos para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se aqueles que não são enquadráveis nem como “investimentos mensurados ao justo valor” através de resultados nem como “investimentos detidos até à maturidade”. Estes ativos são classificados como “ativos não correntes”, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os “investimentos mensurados ao justo valor através de resultados” e os “investimentos disponíveis para venda” são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos “investimentos disponíveis para venda” são registados no capital próprio, na rubrica “Reserva de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

3.12. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.13. Capital social

As quotas ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas quotas são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas quotas ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.14. Provisões

A Cooperativa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.15. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.16. Financiamentos bancários

Contratualizado um financiamento bancário no montante de 100.000,00€ no ano de 2020.
Em 2024 existe um saldo credor no valor de 45.098,05€.

3.17. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.18. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Cooperativa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Cooperativa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

3.19. Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A Cooperativa reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data de balanço e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.

3.20. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Cooperativa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

W. R.
PR
S
X
H

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2024 e de 2023 foi o seguinte:

Nota 4 - Ativos fixos tangíveis

31 de Dezembro de 2023						
	Saldo em 01-Dez-23	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-23
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	0,00	161 275,00	0,00	0,00	0,00	161 275,00
Edifícios e outras construções	445 541,10	0,00	0,00	0,00	127 167,03	572 708,13
Equipamento básico	146 996,01	0,00	0,00	0,00	0,00	146 996,01
Equipamento de transporte	173 109,67	0,00	40 069,69	0,00	0,00	133 039,98
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	300 393,47	8 766,96	0,00	0,00	0,00	309 160,43
Outros activos fixos tangíveis	20 455,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 455,00
Investimentos em curso	171 127,00	0,00	0,00	29 519,02	0,00	141 607,98
	<u>1 257 622,25</u>	<u>170 041,96</u>	<u>40 069,69</u>	<u>29 519,02</u>	<u>127 167,03</u>	<u>1 485 242,53</u>
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	192 950,80	20 312,05	0,00	133 585,94	0,00	79 676,91
Equipamento básico	135 021,29	1 844,20	0,00	0,00	0,00	136 865,49
Equipamento de transporte	171 302,71	0,00	40 069,69	0,00	0,00	131 233,02
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	299 968,47	2 595,99	0,00	0,00	0,00	302 564,46
Outros activos fixos tangíveis	20 454,69	0,00	0,00	0,00	0,00	20 454,69
	<u>819 697,96</u>	<u>24 752,24</u>	<u>40 069,69</u>	<u>133 585,94</u>	<u>0,00</u>	<u>670 794,57</u>
Valor Líquido	<u>437 924,29</u>	<u>145 289,72</u>	<u>0,00</u>	<u>-104 066,92</u>	<u>127 167,03</u>	<u>814 447,96</u>
31 de Dezembro de 2024						
	Saldo em 01-Dez-24	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-24
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	161 275,00	0,00	0,00	0,00	0,00	161 275,00
Edifícios e outras construções	572 708,13	0,00	0,00	0,00	0,00	572 708,13
Equipamento básico	146 996,02	0,00	0,00	0,00	0,00	146 996,10
Equipamento de transporte	133 039,98	0,00	0,00	0,00	0,00	133 039,98
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	309 159,96	0,00	0,00	0,00	0,00	309 159,96
Outros activos fixos tangíveis	20 454,69	0,00	0,00	0,00	0,00	20 454,69
Investimentos em curso	141 607,95	16 797,90	0,00	0,00	0,00	158 405,85
	<u>1 485 241,73</u>	<u>16 797,90</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>1 502 039,71</u>
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	79 676,16	20 262,55	0,00	0,00	0,00	99 938,71
Equipamento básico	136 865,84	1 844,20	0,00	0,00	0,00	138 710,04
Equipamento de transporte	131 232,96	0,00	0,00	0,00	0,00	131 232,96
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	302 564,12	2 056,99	0,00	0,00	0,00	304 621,11
Outros activos fixos tangíveis	20 454,69	0,00	0,00	0,00	0,00	20 454,69
	<u>670 793,77</u>	<u>24 163,74</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>694 957,51</u>
Valor Líquido	<u>814 447,96</u>	<u>-7 365,84</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>807 082,20</u>

W. A.
PR
S
J
H

5. Propriedades de investimento

Não se aplica.

6. Ativos intangíveis

Não se aplica.

7. Ativos biológicos

Não se aplica.

8. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

Não se aplica.

9. Participações financeiras – outros métodos

Não se aplica.

10. Acionistas/Sócios

Nota 10 - Accionistas e Sócios

	31-dez-24		31-dez-23	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Activo				
x	-	700,00		810,00
y	-	0,00	0,00	0,00
	-	700,00	0,00	810,00
Passivo				
x	-	-	-	-
y	-	-	-	-
	-	-	-	-

11. Outros ativos financeiros

Nota 11 - Outros activos financeiros

	31-dez-24		31-dez-23	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Outras - FCT	-	2 965,30	0,00	2 965,30
	-	2 965,30	0,00	2 965,30

12. Ativos e passivos por impostos diferidos

Não se aplica.

13. Inventários

Não se aplica.

14. Clientes

Não se aplica.

Mr. R.
FR
S
A

15. Adiantamentos a fornecedores

Não se aplica.

16. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

Nota 16 - Estado e outros entes públicos

	31-dez-24	31-dez-23
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Outros impostos e taxas	2 561,95	1 140,84
	<u>2 561,95</u>	<u>1 140,84</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	143,75	1 455,90
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	7 838,94	13 301,59
Segurança Social	55 402,69	79 208,68
Outros impostos e taxas	456,93	456,93
	<u>63 842,31</u>	<u>94 423,10</u>

17. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

Nota 17 - Outras contas a receber

	31-dez-24		31-dez-23	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	-	0,00	0,00	0,00
Outros	-	130 010,23	-	278 800,36
	-	<u>130 010,23</u>	0,00	<u>278 800,36</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	0,00	0,00	0,00
	-	<u>130 010,23</u>	0,00	<u>278 800,36</u>

18. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

Nota 18 - Diferimentos

	31-dez-24	31-dez-23
Diferimentos (Activo)		
Valores a facturar	0,00	0,00
Seguros pagos antecipadamente	3 530,94	3 776,49
Juros a pagar	0,00	0,00
Outros gastos a reconhecer	0,00	0,00
	<u>3 530,94</u>	<u>3 776,49</u>
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	154 544,84	5 855,99
Outros rendimentos a reconhecer	0,00	0,00
	<u>154 544,84</u>	<u>5 855,99</u>

19. Ativos financeiros detidos para negociação

Não se aplica.

20. Outros ativos financeiros

Não se aplica.

21. Ativos não correntes detidos para venda

Não se aplica.

22. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Nota 22 - Caixa e depósitos bancários

	31-dez-24	31-dez-23
Caixa	217,32	1 222,49
Depósitos à ordem	21 614,30	21 994,56
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00
	<u>21 831,62</u>	<u>23 217,05</u>

23. Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2024 o capital da Cooperativa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 27 quotas com o valor nominal de 100,00 euros cada.

24. Outros instrumentos de capital próprio

Não se aplica.

A.
RR
v.
B
A

25. Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Cooperativa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

26. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 15 de Abril de 2025, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica Resultados transitados.

27. Excedentes de revalorização

O valor dos de excedentes de revalorização é de 510.651,07€.

28. Outras variações nos capitais próprios

Nota 28 - Outras variações nos capitais próprios

	31-dez-24	31-dez-23
Diferenças de conversão das demonstrações finance	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-
Subsídios	-	-
Doações	-	-
Outras	5 797,21	5 797,21
	<u>5 797,21</u>	<u>5 797,21</u>

29. Provisões

Não foram efetuadas no presente exercício quaisquer provisões.

W. R.
R.
S.
B.
A.

30. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Nota 30 - Financiamentos obtidos e locações

	31-dez-24		31-dez-23	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	21 568,67	23 529,38	45 098,04	23 529,36
Contas caucionadas	0,00	105 000,00	0,00	155 000,00
Contas bancárias de factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de letras descontadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos bancários contratados	0,00	0,00	0,00	0,00
Locações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros empréstimos	0,00	712,07	0,00	0,00
	21 568,67	129 241,45	45 098,04	178 529,36

31. Outras Contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023, a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente apresentava como se segue:

Nota 31 - Outras contas a pagar

	31-dez-24		31-dez-23	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Acréscimo gastos	-	0,00	0,00	0,00
Pessoal	-	2 455,54	0,00	143 594,38
Outras contas a pagar	-	57 684,66	0,00	68 384,14
	-	60 140,20	0,00	211 978,52

32. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

Nota 32 - Fornecedores

	31-dez-24	31-dez-23
Fornecedores conta corrente	16 351,76	37 844,63
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores recepção e conferência	0,00	0,00
Fornecedores (Leasings)	0,00	0,00
	16 351,76	37 844,63

A.
R.
v.
S.
B.
NA

33. Adiantamentos de clientes

Não se aplica.

34. Outros passivos financeiros

Não se aplica.

35. Vendas e prestações de serviços

O valor de 29.623,27€ € na rubrica da prestação de serviços diz respeito ao recebimento das mensalidades da valência CIC.

36. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2024 e de 2023 a Cooperativa reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

Nota 36 - Subsídios

	<u>31-dez-24</u>	<u>31-dez-23</u>
Subsídios	<u>1 895 099,78</u>	<u>2 556 701,80</u>
	<u>1 895 099,78</u>	<u>2 556 701,80</u>

37. Ganhos e perdas decorrentes dos investimentos financeiros

Não se aplica.

38. Variação nos inventários da produção

Não se aplica.

39. Trabalhos para a própria entidade

Não se aplica.

40. Custo das vendas

Não se aplica.

41. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

Nota 41 - Fornecimentos e serviços externos

	<u>31-dez-24</u>	<u>31-dez-23</u>
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	86 408,85	92 257,32
Materiais	10 867,50	16 225,79
Energia e fluídos	35 455,17	26 064,37
Deslocações, estadas e transportes	5 096,42	6 557,37
Serviços diversos (*)	166 457,29	181 409,10
Rendas de imóveis	53 695,23	51 090,25
Comunicação	14 074,53	14 381,08
Seguros	8 563,15	9 889,43
Outros Serviços	90 124,38	106 048,34
	<u>304 285,23</u>	<u>322 513,95</u>

42. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

Nota 42 - Gastos com o pessoal

	<u>31-dez-24</u>	<u>31-dez-23</u>
Remunerações dos órgãos sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	1 162 069,83	1 418 717,07
Benefícios pós-emprego		
Indemnizações	0,00	7 060,19
Encargos sobre remunerações	242 802,44	295 897,22
Seguros	11 576,22	14 810,68
Gastos de acção social	0,00	0,00
Outros gastos com pessoal	205 230,35	335 050,61
	<u>1 621 678,84</u>	<u>2 071 535,77</u>

O número médio de empregados da Cooperativa no exercício de 2024 foi de 66, no exercício de 2023 foi de 70.

43. Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)

Não se aplica.

44. Aumento /redução de justo valor

Não se aplica

Handwritten notes and signatures in the right margin, including initials and a signature.

45. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foram como segue:

Nota 45 - Outros rendimentos e ganhos

	31-dez-24	31-dez-23
Rendimentos suplementares	29 133,67	50 649,47
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
Restituição de impostos	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	0,00	0,00
	<u>29 133,67</u>	<u>50 649,47</u>

46. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foram como segue:

Nota 46 - Outros gastos e perdas

	31-dez-24	31-dez-23
Impostos	-	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Donativos	-	-
Multas e penalidades	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas em inv. não financeiros	0,00	0,00
Outros gastos e perdas	<u>-13 586,61</u>	<u>-11 630,44</u>
	<u>-13 586,61</u>	<u>-11 630,44</u>

47. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

Nota 47 - Gastos/reversões de depreciação e de amortização

	31-dez-24			31-dez-23		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos fixos tangíveis	-24 163,74	0,00	-24 163,74	-24 752,24	0,00	-24 752,24
Activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>-24 163,74</u>	<u>0,00</u>	<u>-24 163,74</u>	<u>-24 752,24</u>	<u>0,00</u>	<u>-24 752,24</u>

48. Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)

Não se aplica

49. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2024 e de 2023, tinham a seguinte composição:

Nota 49 - Resultados financeiros

	31-dez-24	31-dez-23
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,06</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	-24 240,08	-20 788,46
	<u>-24 240,08</u>	<u>-20 788,46</u>
Resultados financeiros	<u>24 240,08</u>	<u>20 788,52</u>

50. Partes relacionadas

Não se aplica.

51. Compromissos

Não se aplica.

52. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

53. Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Cooperativa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Direção informa que a situação da Cooperativa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2011, a Cooperativa não efetuou transações com quotas próprias, sendo nulo o n.º de quotas próprias detidas em 31 de dezembro de 2011.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.